

COMÉRCIO DE ESCRAVOS NA PROVÍNCIA DE SERGIPE (1850-1888)

Josué Modesto dos Passos Subrinho*

RESUMO

O artigo examina o comércio local de escravos em Sergipe, uma província da região do nordeste brasileiro. A demografia dos escravos, a ocupação dos senhores e os preços dos escravos são observados, comparando-se com os de outras regiões do Brasil. Destaca-se a importância deste comércio para o entendimento da natureza da escravidão nesta região brasileira nos últimos anos do regime escravista.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio local de escravos. Província de Sergipe. Preços de escravos. Ocupação dos senhores de escravos

* Economista, doutor em Economia pela Unicamp e professor do Departamento de Economia da UFS.

1. INTRODUÇÃO

“Escritura de compra e venda do escravo Teodosio pela quantia de 600\$000 mil reis como abaixo se declara. Saibam quanto este público instrumento de escritura de compra, venda, paga e quitação ou como em direito melhor nome tenha que sendo no ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1886. Nesta Vila de Itabaiana, aos 13 dias do mês de fevereiro do mesmo ano em meu Cartório compareceram como partes outorgantes aviados o informante Contratador de uma parte como vendedor obrigado Tenente Simeão de Souza Monteiro, morador na Fazenda Batinga desta Paróquia e de outra como comprador o sitiante Pedro Alves de Vieira e Souza, morador na Fazenda Saco do Ribeiro desta Paróquia, reconhecidos pelos próprio de mim Escrivão e das testemunhas abaixo assinadas do que dou fé e por vendedor obrigado Tenente Simeão de Souza Monteiro foi dito assim escrevam perante as testemunhas que era senhor e possuidor em mansa e pacífica posse de um escravo de nome Teodósio, solteiro, preto, com 23 anos de idade ao tempo da matrícula, solteiro, natural desta Província, com profissão da lavoura, matriculado com os números 615 de ordem na matrícula geral, e 7 na relação, matriculado na Coletoria desta Vila em 2 de maio de 1872, e que vendia o mesmo escravo ao segundo, o outorgantes Pedro Alves de Vieira e Souza pela quantia certa de seiscentos mil réis, valor que recebeu ao passar desta e de que lhe dava quitação e pelo comprador aceitante foi igualmente desta assinada escritura perante as testemunhas herdeiro do primeiro outorgante que assentava o presente instrumento, e eu Escrivão assentei em nome dos ausentes a quem tocar possa. Neste ato foi me apresentado do Conhecimento de haver pago o imposto correspondente a importância da compra, cujo teor é o seguinte. N. 88 exercício de 1885 a 1886. A folhas 22 verso do livro de receita fica debitado o Exator José Amâncio Bezerra a quantia de

trinta mil réis, importância que pagou Pedro Alves de Vieira e Souza, cinco por cento de seiscentos mil réis de meia sisa de escravo, por quanto comprou a Simeão de Souza Monteiro o escravo Teodosio, preto, com 23 anos de idade ao tempo da matrícula, solteiro, natural desta Província, e para constar se deu este assinado pelo Exator e Escrivão em 19 de fevereiro de 1886. O Exator Bezerra, Escrivão Mendonça, no verso do mesmo Conhecimento lavra uma verba do teor seguinte. N. 12, réis 5.000, pagam cinco mil réis de emolumento da tabela. Exatoria de Itabaiana, 19 de fevereiro de 1886. O Exator Bezerra, o Escrivão Mendonça. A presente foi escrita em meu cartório e assinada pelos outorgantes e testemunhas presentes, depois de ser esta lida por mim, de que tudo dou fé. Eu José Dias da Cunha Soares, Escrivão que escrevi e firmo o meu sinal público de que uso.

Em testemunho da Verdade

José Dias da Cunha de Souza

Simeão de Souza Monteiro

Pedro Alves de Vieira e Souza

Tertuliano José de Santa Ana

Rozendo de Souza Monteiro

José Ignácio de Souza”¹

A transcrição desse documento eivado de linguagem formal almejou indicar a riqueza de informações acerca dos escravos comercializados, dos agentes envolvidos, de alguns aspectos econômicos e tributários e, finalmente, mas não menos importante, atestar que em Itabaiana, uma vila do agreste-sertão sergipano, por exemplo, se comercializavam escravos em 1886, ou seja, nos momentos finais do regime escravista.

¹ Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. Cartório de Itabaiana, 3º Cível, Cx. 01. Período 1879-1887. Livro de Escritura de Compra e Venda, Caixa 1619, Livro 2.

O conjunto de informações que se pode obter de documentos semelhantes ao anteriormente descrito é surpreendente à luz da historiografia clássica que, devido ao seu caráter acentuadamente ensaísta, desconsiderou várias nuances do fenômeno escravidão. A partir da década de 1970, com o desenvolvimento da pós-graduação em diversas regiões do País, alguns grupos passaram a pesquisar novas fontes e a utilizar novas abordagens em torno da história econômica. Quanto à escravidão, o trabalho fundamental e pioneiro de Robert Slenes² abriu novas perspectivas de pesquisa e demonstrou a existência de fontes utilizáveis para abordagens demográficas e econômicas. Hoje há um montante considerável de estudos abordando diversas localidades brasileiras ou coloniais e algumas tentativas de sínteses das novas contribuições, contrastando-as com a visão da historiografia clássica.

Para a região Nordeste, contudo, persiste a escassez de estudos demográficos e econômicos. Talvez devido ao menor desenvolvimento relativo da pós-graduação nessa região do País, ou talvez ao grande prestígio, recentemente reforçado, da obra de Gilberto Freyre;³ o fato é que são escassas as contribuições revisionistas tendo como foco localidades do Nordeste. Nosso trabalho, visa, portanto, dar uma contribuição ao desenvolvimento de um enfoque ainda raro entre os autores que têm estudado a história econômica nordestina,⁴ o do escravo

² Slenes, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado em História, Stanford University, 1975.

³ “O escravo é visto por Gilberto Freyre principalmente na sua condição de trabalhador doméstica e não na de trabalhador da lavoura, portanto, como habitante da casa-grande.” Bastos, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e a Questão Nacional*. em: Moraes, Reginaldo e outros. *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pag. 52. De forma semelhante: “Descrevendo as relações entre senhores e escravo, Freyre faz total abstração dos fluxos comerciais que atravessam as fazendas. O tráfico de escravos desaparece no topo da estrutura enquanto as variações da demanda de produtos agrícolas somem da base. Alencastro, Luiz Felipe. *A Pré-Revolução de 30*. Novos Estudos CEBRAP, N. 18, Set. 1987.

⁴ Um exemplo interessante e recente é o trabalho Costa, Dora Isabel Paiva da. *Demografia e Economia numa Região Distante dos Centros Dinâmicos: Uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras*. Estudos Econômicos. Vol 26, N. 1, Jan-Abr 1996, pags.111-136

enquanto elemento chave do desenvolvimento das relações de produção, ou dito de outro modo, partindo do suposto que o escravismo ainda era uma realidade no Nordeste Açucareiro na segunda metade do século XIX.

Mais especificamente pretendemos estudar o comércio de escravos na Província de Sergipe,⁵ utilizando como principal fonte primária um conjunto de livros de escritura de compra e venda de escravos e livros de notas que apresentam as citadas escrituras. Foram localizadas no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, escrituras referentes aos municípios de Laranjeiras, Maruim, Lagarto, Itabaiana, Estância e São Cristóvão. Não obstante as escrituras registrarem aspectos fiscais, atestando o pagamento de impostos, sendo, portanto, o alvo preciso da ação do então Ministro da Fazenda do Governo Republicano Provisório, em sua tentativa de evitar cobrança de indenizações do novo governo pela desapropriação de propriedade reconhecida legalmente até a edição da Lei Áurea, as mesmas sobreviveram quer por falta de zelo no cumprimento da ordem ministerial quer pela resistência dos tabeliães em entregar ao governo documentação sob sua guarda. Existem alguns trabalhos publicados, referentes a outras regiões do País, tendo como fonte primária fundamental escrituras de compra e venda de escravos.⁶

Além dessa introdução, o presente trabalho abordará o comércio interprovincial de escravos apresentando nossas estimativas quanto ao

⁵ O termo “tráfico” tem uso consagrado pela historiografia quando diz respeito ao comércio de escravos. Contudo, nele está embutida fortemente a acepção de comércio ilegal, o que não era o caso para o comércio interno de escravos ou mesmo para o comércio internacional de escravos, na maior parte do tempo em que ele foi praticado, isto é, até início do século XIX. Nesse sentido, achamos mais adequado o termo comércio uma vez que a propriedade dos escravos e a sua comercialização eram permitidas pelas leis do País.

⁶ Vide, por exemplo: Motta, José Flávio. Tráfico Interno de Cativos: O preço das mães escravas e sua prole. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, pags. 1397-1416. Motta, José Flávio e Marcondes, Renato Leite. Escrituras de Venda de Escravos (Guaratinguetá, 1872-4, 1878-9). II Encontro Nacional de Economia Política, 1997, pags. 336-348. Marclio, M. L. et alii. Considerações sobre o preço do escravo no período imperial: uma análise quantitativa (baseada nos registros de escritura de compra e venda de escravos na Bahia). Anais de História.. Assis, N. 5, 1973, pag. 197-194.

número de escravos envolvidos, a reação da elite sergipana tendo como objetivo impedir o esvaziamento da oferta local de escravos para seus próprios mercados, bem como uma breve descrição de como esse comércio se estruturaria. A seguir abordaremos o comércio de escravos na Província de Sergipe, tendo como fonte principal as escrituras de compra e venda de escravos. Nesse ponto estaremos interessados em identificar algumas das características demográficas dos escravos comercializados, a identificação dos fluxos de comércio, ou seja, que modificações na população escrava de cada município provocava o comércio de escravos, e a identificação de compradores e vendedores de escravos. Finalmente dedicaremos uma seção à apresentação de nossas conclusões.

2. COMÉRCIO INTERPROVINCIAL DE ESCRAVOS

O comércio interprovincial de escravos, ou mais precisamente a venda de escravos residentes nas províncias nordestinas para proprietários, especialmente cafeicultores, residentes nas províncias do Sudeste mereceu um certo destaque na historiografia clássica. A redução do estoque de escravos naquelas províncias e sua crescente concentração nas províncias cafeeiras tem servido tanto para explicação das divisões políticas no Parlamento Nacional, permitindo a aprovação de leis abolicionistas, quanto para corroborar hipóteses de erosão precoce do escravismo nas províncias nordestinas e sua continuada e tranqüila substituição por trabalhadores livres nascidos na própria região. A estimativa do volume do comércio interprovincial de escravos estava, entretanto, baseado em estimativas precárias até a divulgação do estudo de Slenes que o quantificou a partir de fontes primárias e metodologia adequada.

Quanto à Província de Sergipe, nossos próprios estudos indicam que o comércio interprovincial de escravos teve um reduzido papel no decréscimo da população escrava, verificado entre 1873 e 1886, em decorrência de pequena exportação líquida de escravos. Com base nos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos realiza-

da em 1872, estimamos em 893 escravos a exportação líquida da Província, no citado período ou seja, o equivalente a 2,71% da população escrava matriculada em 1872. A utilização do método de sobrevivência intercensitária levou a uma estimativa de saldo migratório positivo da população escrava da Província de Sergipe de 683 pessoas, no período 1873-87, ou seja o equivalente a 2,07% da população escrava matriculada em 1872. Podemos concluir então, tendo em vista margens de erros, que o comércio interprovincial de escravos não teve efeito líquido significativo na redução do estoque da população escrava sergipana.⁷

Como em outras províncias nordestinas, a elite sergipana reagiu rapidamente à elevação do comércio interprovincial de escravos decorrente do aumento dos preços dos mesmos na região Sudeste, após a extinção do tráfico, que tinha como fontes as costas da África. A elevação de impostos provinciais sobre a exportação de escravos foi a solução encontrada, desde que os mesmos não fossem tão altos que induzissem à evasão fiscal ou prejudicassem fortemente os interesses de proprietários desejosos de se desfazer desse ativo. Assistiu-se, assim, uma oscilação tanto no nível, quanto na sistemática de cobrança desses impostos. Uma solução mais radical foi proposta à Câmara dos Deputados, em 1854, por João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, proibindo o comércio interprovincial e prevendo aplicação das mesmas penas estabelecidas pela Lei Eusébio de Queiróz para o tráfico africano. O ministério conservador não apoiou tal projeto e os deputados das províncias cafeeiras rechaçaram o mesmo, a título de indevida interferência do governo no livre funcionamento dos mercados. Em 1856, outro deputado baiano, José Augusto Chaves, aventou a idéia de “localização” do escravo, prendendo-o ao solo e trans-

⁷ Passos Subrinho, Josué Modesto dos. Tráfico Inter e Intra-Provincial de Escravos no Nordeste Açucareiro: Sergipe (1850-1887). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. N. 31, 1992, pags. 45-69.

formando-o em servo. Novamente a idéia não encontrou um número suficiente de defensores.⁸

Abaixo apresentamos dados acerca da exportação de escravos e arrecadação de impostos sobre sua exportação, referentes à Província de Sergipe.

Tabela 1.
Província de Sergipe
Receita do Impostos sobre Escravo Exportado e Número de Escravos Exportados⁹

Anos	Imposto por Escravo	Receita	Nº de Escravos	Anos	Imposto por Escravo	Receita	Nº de Escravos
1851-52	12\$800			1867-68	150\$000	8:636	(57)
1852-53	12\$800			1868-69	150\$000		
1853-54	100\$000			1869-70	150\$000		
1854-55	100\$000			1870-71	250\$000	8:654\$	(34)
1855-56	300\$000	30:000\$	136	1871-72	200\$000	12:250\$	(61)
1856-57	300\$000	(70:200\$)	234	1872-73	200\$000	1:246\$	(6)
1857-58	300\$000	12:100\$	121	1873-74	200\$000	55:000\$	275
1858-59	100\$000	39:800	398	1874-75	200\$000	10:132\$	(50)
1859-60	100\$000	59:400\$	594	1875-76	200\$000	11:062\$	(55)
1860-1861	100\$000	(24:000\$)	240	1876-77	200\$000	45:444\$	(227)
1861-62	100\$000	(10:000)	100	1877-78	200\$000	36:211\$	(181)
1862-63	100\$000	13:108\$	(87)	1878-79	200\$000	36:211\$	(181)
1863-64	150\$000	9:650\$	(64)	1879-80	200\$000	36:211\$	(181)
1864-65	150\$000	3:165\$	(21)	1880-81	240\$000	36:211\$	(150)
1865-66	150\$000	4:506\$	(30)	1881-82	240\$000	4:800\$	(20)
1866-67	150\$000			1883-84	300\$000	10:550	35

Fonte: Passos Subrinho, Josué M. dos. *Reordenamento do Trabalho. Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe (1850/1930)*. Tese de Doutorado em Economia. Instituto de Economia, UNICAMP, 1992, pags. 174-175.

⁸ Melo, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984, pags. 28-30.

⁹ Observação: Os valores da receita do imposto de exportação de escravos, quando entre parênteses, foram obtidos a partir da multiplicação do número de escravos exportados pelo imposto de exportação a ser pago por cada escravo. Os números de escravos exportados, quando entre parênteses foram obtidos a partir da divisão da receita do imposto de exportação de escravos pelo valor do imposto a ser pago por cada escravo exportado.

Evidentemente os dados derivados de fontes de caráter fiscal acerca da exportação de escravos para outras províncias devem ser tomados como estimativas conservadoras, visto que certamente existe uma parcela de evasão fiscal. Como conciliar os números referentes à exportação de escravos apresentados na tabela 1, que mostram uma exportação de 1.381 escravos no período 1872-73 a 1883-84 com os derivados dos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos de 1872 que mostram uma exportação líquida de 893 escravos no período 1873-86, ou mais ainda, com os dados derivados do método de sobrevivência global intercensitária que indicam uma importação líquida de 683 escravos no período 1873-87? Robert Slenes apresentou uma hipótese interessante. No seu entender as províncias do Nordeste Açucareiro, isto é, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, ao tempo que exportavam escravos para as províncias cafeeiras teriam importado escravos das províncias mais ao Norte, onde os preços dos escravos seriam inferiores aos praticados naquelas províncias. Até o momento não pudemos corroborar tal hipótese, visto que dos 2.198 escravos residentes em Sergipe apontados no Censo Demográfico de 1872 como nascidos em outras províncias, 53,09% eram baianos, 19,15% pernambucanos, 16,24% alagoanos, 4,55% paraibanos e 2,68% fluminenses. Ou seja, esmagadoramente eram originários de províncias açucareiras e não das províncias nordestinas não açucareiras. Da mesma forma, como veremos adiante, não conseguimos detectar indícios de importação de escravos das citadas províncias nas escrituras de compra e venda que analisamos.

Nesse sentido, parece mais prudente optar por estimativas mais conservadoras quanto ao volume de exportação de escravos da província de Sergipe, visto que não dispomos de indícios seguros de importação de escravos que equilibrem ou sejam superiores ao montante das exportações. Há que se considerar, contudo, que a importação de escravos, ao contrário da exportação, não provocava maiores preocupações e registros em documentos oficiais ou na imprensa. A Província não tinha impostos sobre a importação de escravos e a opinião pública estava, durante quase todo o período, mais preocupada com a

escassez de força de trabalho do que com o desenraizamento compulsório de escravos que aportassem na Província, de forma que havia claramente um viés a favor do registro das exportações e sub-registro de importações.

Segundo Robert Slenes, o comércio interprovincial de escravos funcionava com intermediários recebendo procuração do proprietário para entregar o escravo em outra praça a uma pessoa determinada. O escravo para viajar precisava de um passaporte e, no caso de não estar acompanhado do seu proprietário, era exigido o pagamento do imposto de exportação. A procuração podia ser subestabelecida até que o comprador final fizesse a escritura do escravo adquirido, aparecendo o último intermediário como procurador. Ou seja, haveria uma tendência a formalizar a transferência de propriedade apenas no destino final, tendo em vista os custos com tributos e encargos cartorários que se acumulariam e poderiam inviabilizar a transação.¹⁰

3. O COMÉRCIO LOCAL DE ESCRAVOS

Trabalhamos com escrituras de compra e venda de escravos referentes a comercialização de 943 escravos, entre os anos de 1854 e 1887. Nessas escrituras havia informações ao menos quanto ao nome e sexo do escravo comercializado, nome(s) do(s) comprador(es) e nome(s) do(s) vendedor(es). Indicações quanto à idade do escravo, sua profissão, naturalidade, local de matrícula (após 1872), cor, estado civil, preço, etc. apareceram em algumas escrituras. Quanto aos agentes envolvidos na comercialização, normalmente se indica os nomes, mas menos freqüentemente a residência dos mesmos, profissão, estado civil, etc.

As escrituras referem-se aos cartórios de Laranjeiras, Maruim, Estância, São Cristóvão, Lagarto e Itabaiana. O primeiro ano para o qual loca-

¹⁰ Slenes, R. op. Cit., pag. 160

lizamos escrituras foi o de 1854 e o último 1887. Infelizmente nenhum município apresenta uma série completa de livros que abranja todo o período indicado. Para o município de Laranjeiras, de um total de 72 escravos comercializados, 39 referem-se ao ano de 1871, 26 ao ano de 1874, 6 ao ano de 1881 e 1 ao ano de 1882. Os demais municípios repetem o padrão de dados dispersos, mas o somatório dos seis municípios forneceu uma série contínua de escravos comercializados, oscilando de 1 a 95 escravos por ano. Se extrapolássemos o número médio de escravos comercializados em cada um dos municípios para os quais encontramos escrituras, observando-se que certamente em alguns casos são sobrevivência de uma documentação mais ampla, particularmente quanto se encontra escrituras no meio de livros de notas, obteríamos um total de 2.278 escravos comercializados, no período 1854-1887, nos seis municípios citados. Visto que alguns dos municípios de grande população escrava, como Japarutuba, Capela, Divina Pastora e Aracaju não entraram nesse cômputo, podemos afirmar que o comércio local de escravos não era desprezível, quando confrontado com o comércio interprovincial.

Quanto aos municípios escolhidos, além do fato da documentação histórica dos respectivos cartórios, recolhida no Arquivo Judiciário de Sergipe, apresentar o tipo de documento que estamos estudando, nos foi útil poder contar com dois municípios para três diferentes regiões econômicas da Província, a saber: Região da Cotinguiba: municípios de Laranjeiras e Maruim, Região da Mata Sul: municípios de Estância e São Cristóvão e Região do Agreste: Lagarto e Itabaiana. A região da Cotinguiba era a mais importante produtora de açúcar da Província durante todo o período estudado. O município de Laranjeiras¹¹ era um importante centro produtor de cana de açúcar e dispunha de trapiches em sua área urbana e zona rural que armazenavam a produção de açúcar da região e algodão da mesma e do Agreste, sen-

¹¹ Passos Subrinho, Josué Modesto dos. *Escravos e Senhores no Crepúsculo do Escravismo: Laranjeiras, Província de Sergipe*. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia. ANPEC. Recife, 1997, Vol. 2, pags.975-994.

do posteriormente remetidos por via fluvial para o porto de Aracaju, de onde eram finalmente exportados para mercados estrangeiros ou novamente reexportados para Salvador, por exemplo, para consumo local ou reexportação. Maruim, também na zona produtora de açúcar, destacava-se principalmente pela localização de casas exportadoras, dentre as quais Schramm & Co. firma com origem em Hamburgo, a mais importante casa exportadora da Província durante a maior parte da segunda metade do século XIX.¹²

São Cristóvão, localizado na Região da Mata Sul, apresentava solos não muito férteis e relevo acidentado, prejudicando a produtividade de seus engenhos de açúcar. O seu pequeno porto, no Rio Vaza Barris, centralizava a produção de açúcar do vizinho município de Itaporanga da Ajuda, que possuía áreas de terrenos mais férteis. O Município de Estância destacava-se pelas funções comerciais, recolhendo não só a produção açucareira dos municípios da Mata Sul, como também a produção de algodão, fumo, couros, farinha de mandioca, milho, feijão, cocos, etc., da mesma região e do Agreste-Sertão limítrofe. Parte da produção de subsistência atendia ao mercado local e contribuía para o abastecimento da praça de Salvador.

Os municípios de Lagarto e Itabaiana, localizados no Agreste-Sertão possuíam engenhos de açúcar em micro regiões de solos mais férteis e mais úmidos. A maior parte dessa região, entretanto, dedicava-se à pecuária, agricultura de subsistência e produção de algodão, a qual esteve sujeita a breves surtos de prosperidade quando os preços internacionais do produto atingiram níveis excepcionais. A produção doméstica de panos grossos e redes agregava valor ao produto e propiciava renda aos proprietários e comerciantes de maiores recursos. Lagarto ligava-se comercialmente a Estância e através dessa aos mercados de Salvador e, por via terrestre aos sertões baianos. Itabaiana ligava-se comercialmente à Laranjeiras e Maruim, fornecendo produ-

¹² Almeida, Maria da Glória Santana de. *Sergipe. Fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984.

tos de subsistência, e por intermédio dessas à Aracaju, para a exportação de algodão e importação diversificada.¹³

Quanto aos escravos comercializados 51,2% eram do sexo masculino e 48,8% do sexo feminino, dados compatíveis com a participação de ambos os sexos na população escrava total, mas em desacordo com as afirmações de uma forte preferência pelos escravos do sexo masculino, supostamente por sua maior resistência e adequação aos trabalhos agrícolas e trabalhos pesados de uma forma geral. Nos municípios de Maruim, Estância e São Cristóvão a participação das escravas foi maior que a de escravos no total comercializado.

A estrutura etária é outra variável a ser considerada e cujos dados podem ser obtidos em boa parte das escrituras de compra e venda

Em todas as faixas etárias existe a predominância do sexo masculino, sem que as mulheres não deixassem de ter participação significativa entre os escravos comercializados. De certa forma mais surpreendente é a relativamente grande participação de escravos na faixa etária de 0 a 13 anos, visto que praticamente $\frac{1}{4}$ dos escravos comercializados estavam nessa faixa etária. Certamente a comercialização de famílias, ou de mães acompanhadas de seus filhos menores explicam tal participação desse segmento. Confirma-se, portanto, que além dos dispositivos legais, proibindo a separação de famílias escravas, deveria haver alguma política dos senhores de escravos em preservar, sempre que possível, os laços familiares nas senzalas como forma de manter a paz nas senzalas.¹⁴ Praticamente 40% dos escravos comercializados estavam na faixa etária mais produtiva, isto é, de 21 a 39 anos, mas surpreendentemente é nessa faixa que há a menor participação relativa do sexo masculino, embora ainda majoritária. Escravas em idade reprodutiva, acompanhada de filhos ou não, eram demandas pelos proprietários de escravos.

¹³ Sobre Itabaiana, vide: Santos, Maria Nele dos. *A Vila de Santo Antonio e Almas de Itabaiana no Século XIX (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao IFCH da UNICAMP, Campinas, 1984.

¹⁴ Florentino, Manolo e Góes, José Roberto. *A Paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Tabela 2
Província de Sergipe – Escravos Comercializados

Ano	Laranjeiras			Marumim			Estância			S. Cristóvão			Lagarto			Itabaiana			Total		
	M	F	Tot.	M	F	Tot.	M	F	Tot.	M	F	Tot.	M	F	Tot.	M	F	Tot.	M	F	Tot.
1854	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
1855	0	0	0	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
1856	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
1857	0	0	0	8	9	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	9	17
1858	0	0	0	4	4	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	8
1859	0	0	0	2	9	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	9	11
1860	0	0	0	6	6	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	12
1861	0	0	0	3	4	7	0	1	1	0	0	0	7	7	14	0	0	0	10	12	22
1862	0	0	0	26	29	55	1	0	1	0	0	0	11	12	23	0	0	0	38	41	79
1863	0	0	0	7	5	12	2	0	2	0	0	0	4	3	7	0	0	0	13	8	21
1864	0	0	0	3	1	4	2	0	2	0	0	0	11	3	14	0	0	0	16	4	20
1865	0	0	0	0	3	3	1	0	1	1	1	2	12	2	14	0	0	0	14	6	20
1866	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	15	8	23	0	0	0	15	10	25
1867	0	0	0	4	4	8	1	0	1	2	3	5	11	8	19	0	0	0	18	15	33
1868	0	0	0	8	11	19	3	11	14	0	3	3	0	0	0	0	0	0	11	25	36
1869	0	0	0	0	0	0	14	14	28	2	2	4	0	0	0	7	5	12	23	21	44
1870	0	0	0	0	0	0	2	4	6	4	2	6	6	7	12	19	9	21	25	27	52
1871	22	17	39	0	0	0	1	1	2	3	2	5	6	7	13	22	14	36	54	41	95
1872	0	0	0	0	0	0	9	3	12	3	1	4	3	1	4	8	7	15	23	12	35
1873	0	0	0	0	0	0	7	7	14	0	0	0	0	0	0	9	10	19	16	17	33
1874	14	12	26	0	0	0	5	3	8	0	0	0	0	0	0	8	4	12	27	19	46
1875	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
1876	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	5	0	0	0	2	3	5
1877	0	0	0	0	0	0	13	10	23	0	0	0	4	3	7	0	0	0	17	13	30
1878	0	0	0	0	0	0	13	17	30	1	8	9	4	5	9	0	0	0	18	30	48
1879	0	0	0	0	0	0	4	6	10	2	6	8	2	2	4	4	4	8	12	18	30
1880	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	3	0	0	0	10	17	27	12	19	31
1881	2	4	6	0	0	0	7	11	18	0	0	0	0	0	0	8	6	14	17	21	38
1882	1	0	1	0	0	0	8	2	10	1	1	0	2	2	5	6	5	11	19	9	28
1883	0	0	0	11	12	23	3	4	7	1	1	2	2	3	7	4	3	7	21	27	48
1884	0	0	0	0	3	3	8	14	22	1	3	4	2	3	5	1	2	3	12	25	37
1885	0	0	0	0	0	0	2	0	2	1	3	1	4	2	5	0	0	0	9	2	11
1886	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	4	7	2	9	1	1	2	10	3	13
1887	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	5	0	5	7	0	7
TOT.	39	33	72	86	103	189	107	111	218	28	35	63	118	91	209	105	87	192	483	460	943

Tabela 3
Província de Sergipe. 1854-1887
Distribuição Etária dos Escravos Comercializados

Faixa Etária	Total	Masc.	Fem.
0 a 13 anos	219	55,25%	44,75%
14 a 20 anos	183	54,10%	45,90%
21 a 39 anos	357	50,70%	49,30%
40 a 49	86	51,16%	48,84%
Acima de 50 anos	57	52,63%	47,37%
Total	898	52,45%	47,55%

Aproximadamente 66% dos escravos comercializados, em cujas escrituras havia declaração da ocupação dos mesmos, estavam ocupados nos serviços agrícolas, com diversas denominações, como por exemplo, da roça, roceiro, da lavoura, serviços leves de lavoura, todo serviço de lavoura, etc. Esse percentual elevado não é surpreendente tendo em vista a predominância das ocupações agrícolas entre a população escrava sergipana, segundo a matrícula de escravos de 1873.

Tabela 4
Província de Sergipe – 1854-1886
Profissão dos Escravos Comercializados

Profissão	Número
Lavoura	157
Serviços Domésticos	67
Costureira	3
Fiandeira	2
Gomadeira	1
Marceneiro	1
Mestre de Açúcar	2
Sapateiro	2
Servente	2
Vaqueiro	1
Total	238

Quanto à participação das ocupações ligadas ao serviço doméstico, de aproximadamente 28%, é inesperada, mesmo se levarmos em conta que aparentemente a matrícula de escravos de 1873 levou a subestimação da participação dessas ocupações na população escrava. De qualquer forma, podemos concluir que a demanda por trabalho escravo doméstico era uma componente não desprezível do mercado local.

O que poderíamos chamar de ocupações especializadas dos escravos, tais como marceneiro, mestre de açúcar, vaqueiro, fiandeira, etc., apresentaram números bem menos significativos, mas confirmam uma complexidade das ocupações da população escrava e sua utilização em segmentos econômicos que geralmente não se espera, em especial para os últimos anos do regime escravista e em regiões periféricas.

Tabela 5
Província de Sergipe – 1854 – 1886
Fluxo dos Escravos Comercializados

Município	Residência do Comprador					Residência do Vendedor				
	Mun.	Reg.	Prov.	País	Total	Mun.	Reg.	Prov.	País	Total
Laranjeiras	55	4	7	0	66	23	1	10	0	34
Maruim	60	5	1	1	67	74	20	7	0	101
São Cristóvão	2	0	0	0	2	2	0	0	0	2
Estância	99	41	15	9	164	103	29	18	5	155
Itabaiana	125	6	32	1	164	147	3	31	1	182
Lagarto	125	20	33	1	179	114	22	12	9	157
Total	466	76	88	12	642	463	75	78	15	631

Chama a atenção a predominância dos compradores e dos vendedores residentes no próprio município em que se registrou a transação com escravos sobre os residentes em outros municípios da região, em outros municípios da Província de Sergipe ou, finalmente, em outras províncias do País, visto que tanto os vendedores como os compradores residentes no município corresponderam a aproximadamente 73% do total, enquanto que os compradores e vendedores residen-

tes em municípios da mesma região corresponderam a aproximadamente a 12% do total. Quanto aos residentes em outros municípios da Província, 14% dos compradores e 12% dos vendedores estavam nessa situação. Muito reduzida era a participação, tanto dos compradores quanto dos vendedores residentes em outras províncias: em torno de 2% para ambos os casos.

As escrituras de compra e venda de escravos que pesquisamos registram o município de Maruim como importador líquido de escravos, visto que 27 vendedores de escravos eram residentes em municípios da região ou de outras regiões da Província, enquanto que 7 compradores de escravos residiam em municípios da região, de outras regiões da Província ou em outras Províncias. Estância, Itabaiana e Lagarto apresentam-se como exportadores líquidos de escravos. No caso de Estância, 52 vendedores residiam em municípios da região, de outras regiões da Província ou na Província da Bahia, enquanto 41 compradores residiam em municípios da própria região, principalmente em engenhos de açúcar de Santa Luzia do Itanhy, 15 residiam em municípios de outras regiões da Província e 9 em outras Províncias. Depreende-se, portanto, uma forte predominância das transações comerciais envolvendo compradores e vendedores residentes no próprio município, em primeiro lugar e em municípios da própria região. No caso das transações envolvendo residentes em municípios de outras regiões da Província, geralmente se tratam de municípios limítrofes. Não constatamos qualquer caso de escravo transacionado por proprietários residentes em municípios localizados em regiões extremas da Província, não obstante existirem casos de compradores e vendedores residentes em outras províncias.

Não pudemos, portanto, comprovar qualquer importação significativa de escravos de outras províncias do País. Por outro lado, há registros sobre a exportação de escravos pela Província de Sergipe, tanto em fontes locais, quanto em fontes das províncias cafeeiras.

Quanto ao predomínio absoluto das transações envolvendo compradores e vendedores do mesmo município, não obstante a existência de anúncios para compra e venda de escravos em jornais locais, a

identificação de agentes, em vários municípios da Província, encarregados da compra de escravos, nos parece que há algo sobre esse mercado peculiar que devemos levar em conta. Provavelmente os possíveis compradores de escravos tinham consciência das “imperfeições” do mercado de escravos. Essa mercadoria *sui generis* reagia à transferência de seus locais de moradia, obrigados a abandonar os amigos e familiares. Esses compradores deduziam do preço do escravo o risco representado pela transferência forçada do escravo. Vide, por exemplo, as memórias de um proprietário sergipano do Vale do São Francisco que recusou-se a receber, em pagamento de uma dívida, um escravo que vivia na Região da Cotinguiba. Segundo sua explicação: “Meu filho: eu não quero esse escravo, não. Escravo de engenho é acostumado no olho da cana, é acostumado no mel.... Vem pr’aqui pra lama do arroz, pra pedreira, estranha. Pode morrer. Não quero, não.”¹⁵

Seria interessante confrontar, nos mercados do Sudeste, o preço dos escravos importados das províncias do Nordeste com o preço dos escravos das próprias localidades. É possível que encontremos preços menores para os “negros maus vindos do Norte”¹⁶

A ocupação dos compradores e vendedores de escravos poderia ser útil para a compreensão da dinâmica econômica da sociedade sergipana, no período em estudo. Como já dissemos, infelizmente as informações são incompletas na maior parte das escrituras.

¹⁵ Casanova, M. Leônidas. *Ioiô Pequeno da Várzea Nova*. São Paulo: Club do Livro, 1979, pag. 182.

¹⁶ A expressão entre aspas encontra-se em Chalhoub, S. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pag. 59.

Tabela 6
Província de Sergipe, 1854-1886
Ocupação dos Compradores e Vendedores de Escravos

Compradores	Número	Vendedores	Número
Lavrador	137	Lavrador	213
Proprietário	106	Proprietário	103
Comerciante	70	Comerciante	15
Religioso	5	Religioso	3
Professor	2	Professor	0
Doutor	0	Doutor	1
Juiz de Direito	0	Juiz de Direito	3
Ourives	0	Ourives	1
Total	320	Total	339

A principal ocupação declarada nas escrituras ou que conseguimos obter informações precisas a partir de listas de eleitores e inventários foi a de lavrador, correspondente a 43% dos compradores e 63% dos vendedores. Quanto aos proprietários, termo geralmente utilizado para designar senhores de engenhos ou de fazendas de maior porte, corresponderam a 33% dos compradores e 30% dos vendedores. Ou seja, tanto os lavradores quanto os proprietários estavam fortemente envolvidos no comércio local de escravos, sendo os lavradores fortemente vendedores em termos líquidos e os proprietários ligeiramente compradores, em termos líquidos. Os comerciantes apresentam-se como importantes compradores, com 22% do total de escravos comprados, e em menor importância como vendedores, apenas 4,5%. Poderíamos inferir o envolvimento desses comerciantes com o comércio interprovincial de escravos, na medida em que compravam muito mais que vendiam escravos no mercado local. Mais ainda, exatamente a diferença entre a participação dos comerciantes enquanto compradores e vendedores de escravos explica a diferença da participação dos lavradores, visto que as outras ocupações distribuídas nos setor terciário (professores, juizes, religiosos, etc.) correspondem à apenas 2% dos compradores e vendedores.

Quanto aos preços registrados nas escrituras de compra e venda de escravos fomos obrigados a agregar dados referentes a municípios de diferentes regiões da Província, em vista da inexistência de séries completas para qualquer um dos municípios. Esse procedimento não parece o mais adequado, visto que supostamente o nível de atividade e de rentabilidade das atividades econômicas predominantes em cada região deveria ter impacto sobre os preços dos escravos comercializados na mesma região. Contudo, dada a pequena extensão da Província, possivelmente havia informações sobre preços médios praticados em cada uma das regiões.

A influência dos preços dos principais produtos de exportação da Província, no nível de preços dos escravos comercializados parece clara. Entre o final da década de 1850 e meados da década de 1860, em consequência da elevação dos preços internacionais do açúcar e *boom* do algodão, os preços médios dos escravos comercializados atingiu os maiores patamares, oscilando a partir daí e mostrando clara tendência à queda a partir dos primeiros anos da década de 1880, quando a confiança a respeito da solidez da propriedade escrava estava sendo abalada em todo o País. Adicionalmente, a cobrança de elevados impostos sobre a importação de escravos, estabelecidos pelas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais praticamente estancou o comércio interprovincial de escravos, levando a redução de preços em todas as regiões do País.

A soma de impostos sobre a exportação de escravos, estabelecidos pela Província de Sergipe, bem como demais províncias nordestinas produtoras de açúcar, custos cartorários, custos de transporte e margem bruta de lucros dos comerciantes de escravos não parecem ter sido suficientes para impedir a exportação de escravos das mesmas para as províncias cafeeiras. Os preços médios de escravos no mercado sergipano apresentaram comportamento muito semelhantes ao verificado em Pernambuco em período equivalente, conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

COMÉRCIO DE ESCRAVOS NA PROVÍNCIA DE SERGIPE (1850-1888)

Tabela 7
Província de Sergipe – 1857-1886
Preço Médio de Escravos Comercializados (em mil-réis)

Ano	Faixa Etária						Ano	Faixa Etária								
	14 a 20			21 a 39				40 a 49			21 a 39			40 a 49		
	N.	Preço		N.	Preço			N.	Preço		N.	Preço		N.	Preço	
1857	3	1.133	nd.	nd.	nd.	nd.	1872	8	1.124	13	985	4	522			
1858	2	1.425	3	1.633	1	800	1873	6	558	14	595	nd				
1859	3	1.350	2	1.300	nd.	nd.	1874	8	716	20	671	2	600			
1860	nd	nd.	nd.	nd.	1	850	1875	1	600	1	400	nd	nd.			
1861	2	1.050	4	834	1	475	1876	1	500	1	160	1	200			
1862	6	933	16	1.011	4	725	1877	4	714	6	1.083	1	300			
1863	8	954	4	1.050	1	500	1878	3	497	14	696	5	630			
1864	1	1.200	7	746	4	812	1879	3	600	11	691	nd	nd.			
1865	3	933	6	732	4	550	1880	8	700	6	860	1	570			
1866	3	677	8	625	1	500	1881	9	805	14	716	8	712			
1867	4	812	9	875	3	500	1882	10	734	10	737	4	557			
1868	8	846	13	886	5	413	1883	8	724	22	570	3	300			
1869	7	1.012	18	774	3	763	1884	1	400	15	526	2	750			
1870	11	888	12	852	3	373	1885	1	1.000	4	420	1	300			
1871	8	975	30	904	8	625	1886	3	243	6	333	2	275			
							1887	2	600	4	299	nd				

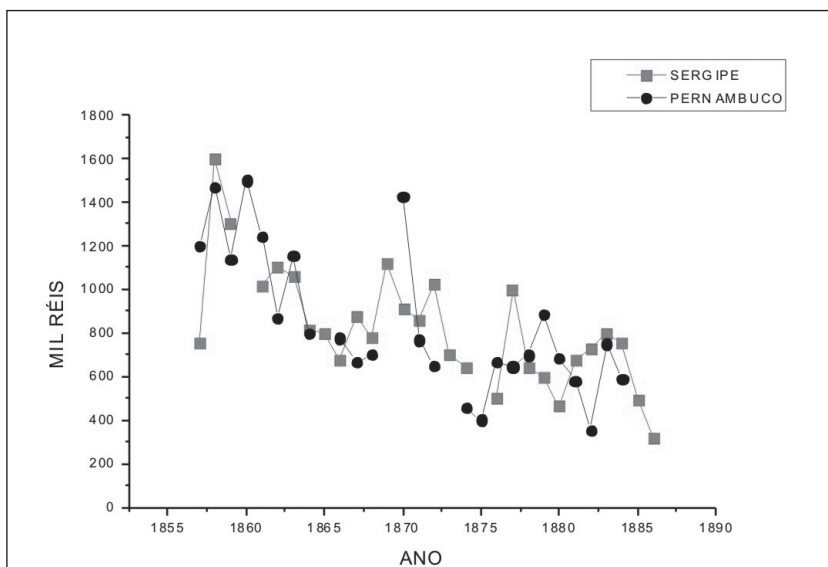


Gráfico 1 - Sergipe e Pernambuco. Preço Médio de Escravos de Ambos os Sexos com Idade entre 20 e 25 anos.

Fonte : Pernambuco - Eisenberg, Peter L. Modernização sem Mudança. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977, pg 175 Sergipe - Escrituras de compra e venda de escravos.

4- CONCLUSÕES

À guisa de conclusão recapitularemos alguns pontos destacados na exposição. Em primeiro lugar, não obstante o caráter fragmentário da documentação que examinamos, parece claro a existência de um comércio local de escravos, praticado em todas as regiões da Província e envolvendo proprietários não diretamente ligados às atividades exportadoras. Tanto a economia de subsistência, quanto atividades domésticas, produção artesanal, transportes, etc., utilizavam escravos em maior ou menor escala. Da mesma forma os proprietários de escravos localizados nessas diversas atividades econômicas continuavam comprando e vendendo escravos em períodos avançados no tempo, prati-

camente às vésperas da abolição da escravidão. Enfim, se a historiografia clássica, e mais especialmente, para o Nordeste, Gilberto Freyre, não examinou vários dos aspectos mercantis da escravidão, esperamos ter demonstrado que há uma documentação disponível para ser estudada a partir de um enfoque demográfico e econômico inovador.

Em segundo lugar, chama a atenção a relevância do mercado local de escravos, tanto em termos quantitativos, quanto na tendência de as transações se concentrarem entre compradores e vendedores do mesmo município. Além do que já dissemos sobre o interesse do escravo em permanecer próximo aos seus amigos e parentes, certamente também os compradores de escravos prefeririam, sempre que possível, escravos do mesmo município, cuja índole, hábitos, capacidade de trabalho, etc., fossem conhecidas deles próprios das quais pudessem obter informações através de pessoas de confiança. Esse certamente era um diferencial que os comerciantes de escravos vindos de áreas longínquas não podiam oferecer.

Finalmente, quanto aos preços praticados no mercado sergipano de escravos, aproximam-se muito dos praticados no mercado pernambucano, nível que não impediria a exportação para os mercados do Sudeste, não obstante a adoção de impostos sobre a exportação de escravos, por essas e outras províncias nordestinas e a existência de custos de transporte, custos cartorários e margens de comercialização. Somente no final da década de 1870 e inícios da década de 1880, com o crescimento da má reputação dos escravos importados “do norte” e, finalmente, com a adoção de elevados impostos sobre a importação de escravos pelas províncias cafeeiras é que o comércio interprovincial de escravos foi estancado.

